



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA ANÁLISE ACERCA DOS POSSÍVEIS ESPAÇOS NO DOCUMENTO DESTINADOS PARA A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Vanessa Alves da Silva ¹

Kátia Silva Cunha ²

RESUMO

A história da disciplina de Sociologia no Ensino Médio é marcada por sua presença e ausência nos currículos brasileiros. O debate mais recente acerca da sua obrigatoriedade ocorreu no ano de 2017 com a proposta da reforma do Ensino Médio, que previa a retirada da disciplina dos currículos; porém através da mobilização da sociedade civil a disciplina permaneceu nos currículos. O ensino da disciplina que era orientado pelos documentos nacionais norteadores, pelos documentos curriculares estaduais, passa a ter um novo documento normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, nosso referencial teórico é desenvolvido por meio da análise documental, desenvolvendo um diálogo entre os textos dos documentos nacionais normativos, entre eles os Parâmetros e as Orientações Curriculares Nacionais ambas para o Ensino Médio com o texto do documento da BNCC. Alguns dos achados da nossa análise evidencia um certo retrocesso dos temas sociológicos no documento da BNCC comparado aos documentos normativos anteriores, de modo que a disciplina perde espaço ao ser ministrada de forma interdisciplinar com as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, de modo que as competências e habilidades previstas para área da disciplina minimiza o desenvolvimento de conceitos próprios da área de ciências sociais.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Sociologia, Currículo, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Ensino Médio se inicia nos anos de 1925 com a Reforma Rocha Vaz (SOARES, 2009), sendo retirada dos currículos pela Reforma Capanema no ano de 1942 e, décadas depois, retorna paulatinamente ao currículo no início dos anos de 1980.

Mediante os movimentos históricos e sociais no ano de 1996 por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/96) o ensino de Filosofia e Sociologia

¹ Mestranda do Curso de Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/ CAA, vanessaalvessilva91@gmail.com

² Professor orientador: Profª Drª Kátia Silva Cunha, Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Campos Agreste - CAA, kscunha@gmail.com.



foram incluídos como matérias do Ensino Médio, mas sua obrigatoriedade passou a ser assegurada no ano de 2008 por meio da Lei nº 11.684, de modo a serem vivenciadas nos três últimos anos do ensino básico.

É possível identificar um movimento de ausência e permanência do ensino de Sociologia, de modo que sua discussão ganhou exaltação/efervescência em território nacional após a reforma do Ensino Médio aprovada em 16 de fevereiro de 2017, por meio da Lei n. 13.415, sancionada pelo então presidente Michel Temer e pelo ministro da educação Mendonça Filho.

A lei sancionada no ano de 2017 previa em primeiro momento, a retirada do ensino de Sociologia, História, Filosofia e Educação Física dos três anos do Ensino Médio, porém, a sociedade civil se organizou e se mobilizou, realizando um grande movimento nacional de ocupação nas escolas públicas, pressionando o Governo que estava em vigor a rever a medida provisória, exigindo entre outras questões a permanência do ensino de Sociologia e demais disciplinas nos três anos do Ensino Médio.

Diante da pressão dos movimentos sociais e também da mídia brasileira a medida provisória foi alterada, em um movimento que o ensino de Sociologia, Filosofia, História e Educação Física permaneceu no currículo do Ensino Médio. Também é muito importante evidenciar que a reforma do Ensino Médio veio acompanhada da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que deveria ser implantada em todo território nacional, tanto em escolas públicas quanto em escolas privadas, para ser vivenciada nos três níveis de ensino (Básico, Fundamental e Médio). E assim no ano de 2017 o documento da BNCC foi homologado, inicialmente com orientações para os níveis de educação Básica e Fundamental, apenas em meados do ano de 2019 foi concluído o documento com as orientações para o Ensino Médio.

Logo, o objetivo do artigo é identificar e analisar os possíveis espaços que a disciplina de Sociologia ocupa no documento da BNCC, bem como comparar o texto do documento da BNCC com outros documentos nacionais norteadores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Nosso referencial teórico foi construído tendo como base os textos dos documentos normativos nacionais, de modo que realizamos revisão documental e de literatura para desenvolvermos o diálogo acerca dos documentos.

Inicialmente o texto do documento da BNCC se apresenta como contemporâneo, voltado para uma educação que busca igualar as oportunidades de conhecimentos. Entretanto, o que evidenciamos é que o documento demonstra retrocesso quanto aos temas e possíveis



conteúdos sociológicos, em um movimento que a disciplina de Sociologia passa a ser vivenciada de forma interdisciplinar, o estudo de autores clássicos como Karl Marx, Émile Durkheim perdem espaço, reforçando o ideal de um currículo voltado para formação para o mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa, fazendo uso de Godoy (1995, p.21) “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Nossa discussão teórica foi estruturada via revisão bibliográfica e análise documental dos documentos nacionais norteadores que os professores podem fazer uso para auxiliar como ferramenta metodológica para formular as aulas de Sociologia no Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC destina um espaço para Sociologia em seu último tópico na “Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (BRASIL, 2017, p.547). Assim como em outros documentos nacionais norteadores Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio e Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a Sociologia continua dividindo espaço das suas competências sociológicas com outras competências da área de Filosofia, História, Antropologia, Política e Geografia.

Na definição da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas o documento justifica que o objetivo dessa área é propor “a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2017, p. 547). Aceitamos essa ampliação e aprofundamento para as disciplinas de História e Geografia, porém como seria possível aprofundar conhecimento nas disciplinas de Sociologia e Filosofia se elas só são vivenciadas no Ensino Médio? Estaria o texto propondo uma antecipação para o Ensino Fundamental, ou um deslocamento para o este nível de ensino da educação básica?



O documento da BNCC para o Ensino Fundamental³ é composto pela área de linguagem (Português, Artes, Educação Física, Língua Inglesa), área de Matemática, área de Ciências da Natureza, área de Ciências Humanas (Geografia, História) e a área de Ensino Religioso. Na ausência das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Fundamental acreditamos que suas respectivas competências deveriam ter uma atenção maior quanto as habilidades a serem alcançadas. E parece que devem ser absorvidas pelas áreas elencadas no documento.

A área de ciências humanas e aplicadas, como as outras áreas do documento (Matemática ou Português) destina competências específicas englobando todas as disciplinas que compõem apenas uma área. Neste caso as seis competências específicas da área englobam as quatro disciplinas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia). As quatro áreas se apresentam nas competências de forma interdisciplinar, destacamos três das seis competências que mais se aproximam do que compreendemos enquanto contextos sociológicos

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades (BRASIL, 2017, p.558)

Além de identificarmos a interdisciplinaridade nas competências específicas da área de Ciências Humanas e aplicadas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), vale justificar que esse modelo já foi usado em outros documentos nacionais norteadores, nas DCNEM. Assim, ao longo do texto da BNCC encontramos o contexto de interdisciplinaridade

Definir o que seria o tempo é um desafio sobre o qual se debruçaram e se debruçam grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento.

³O documento completo da BNCC com as orientações para os três níveis de educação (Básica, Fundamental e Médio) encontra-se disponível no site http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf



O tempo é matéria de reflexão na Filosofia, na Física, na Matemática, na Biologia, na História, na Sociologia e em outras áreas do saber (BRASIL, 2017, p.551)

Fazer uso da interdisciplinaridade possibilita que o aluno identifique determinado tema em diversas disciplinas, como bem evidencia o texto da BNCC. Entretanto, ao fazer uso desse modelo, o trabalho com conceitos específicos das diversas áreas pode perder espaço.

Compreendemos a interdisciplinaridade tendo aporte de Japiassu (1976) que a caracteriza como intensas trocas de conteúdos entre especialistas de diferentes áreas que estejam trabalhando em um mesmo projeto. Além da troca, para ocorrer a interdisciplinaridade seria necessário a integração real das disciplinas envolvidas. Tendo em vista a realidade de algumas escolas públicas do território brasileiro que grande parte dos professores graduados em História lecionam Sociologia, essa integração entre os conceitos dificilmente ocorre.

O que encontramos no documento da BNCC é a replicação sobre o tratamento de estudos sociológicos que já encontramos em outros documentos nacionais norteadores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais

Ao se tomar os três grandes paradigmas fundantes do campo de conhecimento sociológico – Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim –, discutem-se as questões centrais que foram abordadas, bem como os parâmetros teóricos e metodológicos que permeiam tais modelos de explicação da realidade (BRASIL, 1999, p.36)

Porém agora na BNCC os mesmos autores estão aglomerados na “categoria trabalho”, sendo considerada como a categoria central das Ciências Humanas (BRASIL, 2017, p.556).

Ainda é possível falar de trabalho como categoria pensada por diferentes autores: trabalho como valor (Karl Marx); como racionalidade capitalista (Max Weber); ou como elemento de interação do indivíduo na sociedade em suas dimensões tanto corporativa como de integração social (Émile Durkheim) (BRASIL, 2017, p.568).

Usamos o termo aglomerados porque tirando uma singela referência ao sociólogo Florestan Fernandes para justificar que “os seres humanos têm uma necessidade vital da convivência coletiva” (BRASIL, 2017, p.553) em nenhuma outra parte do texto, sociólogos são citados; mesmo quando surge o debate acerca dos processos sociais, relações de classe, o



texto é estruturado sem autores para contextualizar os conceitos o que poderiam trazer bases sociológicas que auxiliaria na identificação dos conceitos. Trazemos como exemplo do documento da BNCC o trecho acerca do protagonismo juvenil

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas. (BRASIL, 2017, p.562)

De certo modo, o documento da BNCC que tenta trazer um olhar contemporâneo observando questões “tanto em escala local como global” (BRASIL, 2017, p.568), fracassa na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, trazendo ao longo do seu texto os sociólogos compreendidos como clássicos das ciências sociais Karl Marx, Emile Durkheim, Marx Weber; sendo possível encontra-los em outros documentos normativos como o Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), Destacamos a relação dos três autores: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, presentes nos PCNEM que possibilitaria

... a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social (BRASIL, 1999, p.36)

Identificamos ao longo do texto do documento das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio a articulação de alguns sociólogos não citados no documento da BNCC, juntamente com suas teorias, fazendo articulação das respectivas teorias com a atualidade, entre os/as autores/as encontramos Hannah Arendt, auxiliando na compreensão de que

na medida em que a escola é um espaço de mediação entre o privado – representado sobretudo pela família – e o público – representado pela sociedade contemporâneos entre eles, essa deve também favorecer, por meio do currículo, procedimentos e conhecimentos que façam essa transição” (BRASIL, 2006, p.110)



Ainda no documento das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM) encontramos outros autores como Bacon, Adam Smith e David Ricardo (BRASIL, 2006, p.106). Desta forma, o documento das OCNEM publicado no ano de 2006, traz diferentes autores/as, apresentando novos conceitos, aproximando o leitor para a disciplina de Sociologia, algo que não encontramos no documento da BNCC.

Selecionando todas as indicações de sociólogos presentes na BNCC na área de ciências humanas sinalizamos que as menções de autores não ultrapassam meia página, estando apenas no contexto do trabalho. E ao longo das seis competências específicas da área também não encontramos nenhuma menção de autores sociólogos.

Em outros documentos norteadores como o Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio era aderido a área de Ciências Sociais que o ensino de Sociologia possibilitaria o desenvolvimento do “cidadão crítico” e auxiliaria no “exercício da cidadania” (BRASIL, 2002, p. 95). Já na BNCC a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está “orientada para uma educação ética” (BRASIL, 2017, p.547)

Entendendo-se ética como juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre-arbítrio, essa proposta tem como fundamento a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos (BRASIL, 2017, p. 547)

O documento da BNCC ao não fazer uso direto dos termos cidadão crítico e cidadania, deixa evidente esses conceitos ao compreender a ética como meio para reconhecer as diferenças e combater os preconceitos.

Elaboramos um quadro com as categorias da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas do documento da BNCC, comparando-as com eixos temáticos da mesma área do documento nacional normativo Parâmetro Curricular Nacionais Mais (PCN+)

Quadro comparativo das categorias da área de ciências humanas e sociais aplicadas do documento da BNCC e dos PCN+

Categorias da BNCC	Eixos temáticos do PCN+
Tempo e espaço	Indivíduo e sociedade
Território e fronteira	Cultura e sociedade
Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e	Trabalho e sociedade



ética	
Política e trabalho	Política e sociedade

FONTE: PCN +(1999) e BNCC (2017) Elaborado pela Autora, 2020.

O objetivo do quadro comparativo é demonstrar o quanto o documento da BNCC se aproxima dos outros documentos nacionais normativos. Na categoria da BNCC intitulada como “Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética” (BRASIL, 2017, 565) fica claro o contexto de interdisciplinaridade assumido pelo documento: a interdisciplinaridade seria o trabalho de várias disciplinas em uma única categoria; trabalhar muitos conceitos ao mesmo tempo pode dificultar o aprofundamento dos mesmos.

Enquanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais Mais (PCN+) encontramos a palavra “sociedade” em todos os eixos temáticos, pressupondo que o conceito de sociedade seria trabalhado em todos os eixos temáticos, possivelmente como está estruturado no PCN+ o conceito seria trabalhado com maior profundidade já que seria articulado com outros temas ao longo de todo ano letivo.

Para a BNCC a sociedade passa a ser considerada como uma categoria secundária, já nos PCN+ todos os eixos temáticos estão articulados com a sociedade, demonstrando que os conceitos sociais estão presentes ao longo da construção da história da sociedade.

Em relação aos objetivos do ensino de Sociologia; encontramos nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio princípios próprios da área de Ciências Sociais, um deles estaria nos objetivos de desenvolver no aluno/a o estranhamento e desnaturalização dos acontecimentos sociais, eles seriam capazes de

propiciar discussões voltadas para a questão dos direitos e dos deveres do cidadão, a preservação ambiental, as políticas públicas, a cultura, enfim, um leque de possibilidades voltadas aos objetivos da Sociologia no ensino médio. (BRASIL, 2016, p.128)

Já na BNCC o objetivo do ensino de Sociologia seria desenvolver nos estudantes “a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas” (BRASIL, 2017, p.561).

O diálogo é considerado na BNCC como “elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade” (idem). Identificamos o distanciamento dos conceitos específicos da área de ciências sociais, o estudante pode desenvolver por meio dos diálogos desenvolvidos em sala de aula o estranhamento e a



desnaturalização sinalizada no documento das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), porém não vão ter o conhecimento dos termos sociológicos.

Outros termos sociológicos que sentimos ausência em comparação aos documentos dos PCNEM, as OCEM e os PCN+, sinalizamos os termos: criticidade e exercício da cidadania. Logo, o documento da BNCC traz o princípio da ética sem nenhum embasamento sociológico, sinalizando

A ética pressupõe a compreensão da importância dos direitos humanos e de se aderir a eles de forma ativa no cotidiano, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade. (BRASIL, 2017, p. 567)

Identificamos os contextos de criticidade e de cidadania presentes no que a BNCC concebe como ética. Outra questão que demarca um certo retrocesso do documento da BNCC frente a outros documentos norteadores é a liberdade que as OCEM possibilitam aos professores nas maneiras de trabalhar com os temas sociológicos e a preocupação em consolidar a disciplina nos currículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No documento da BNCC encontramos um certo retrocesso comparado aos documentos nacionais norteadores publicados anteriormente; enquanto nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio o ensino de Sociologia estaria alicerçado no estudo de conceitos, temas e teorias sociológicas (BRASIL, 2006). Na BNCC o ensino de Sociologia é citado apenas como parte das disciplinas que compõem a área de ciências humanas e sociais aplicadas, reforçando a perspectiva interdisciplinar proposta ao longo de toda a área.

A medida que a interdisciplinaridade ganha espaço no texto da BNCC diminui-se as possibilidades para desenvolver o debate acerca da importância da disciplina de Sociologia com seus autores clássicos e suas teorias que passam a serem resumidas em apenas uma categoria.

Na BNCC não encontramos destaque para a disciplina de Sociologia, bem como espaço para os conceitos próprios da área de Ciências Sociais. À medida que voltamos nosso olhar para o modo que o documento trata a Sociologia, notamos que a BNCC expressa os



ideias que o documento foi construído, buscando a formação voltada ao ingresso do jovem no mercado de trabalho e pouca formação sociológica.

Por fim, desenvolver um documento com o objetivo de homogeneizar os alunos de todo território nacional, através do discurso que os alunos teriam a mesma oportunidade de conhecimento é desconsiderar as diferenças sociais, culturais e econômicas presentes que constroem e contribuem para o nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 20 de dezembro de 1996. Disponível In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acessado em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio. Ciências humanas e suas tecnologias. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: área Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 1999.

BRASIL. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 2002, 141p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995

JAPIASSU, Hilton. A interdisciplinaridade e a patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976

SOARES, Jefferson da Costa. Delgado de Carvalho e o ensino de sociologia no Colégio Pedro II. . In: HANDFAS, Anita; OLIVERIA, Luiz Fernandes. (Orgs.). A Sociologia vai á Escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009, p31-47.